



Chega de atrasos de pagamentos!

Todas as empresas que atrasaram salários, férias, VA e outros direitos dos vigilantes, ultimamente, já foram notificadas pelo sindicato e outras medidas estão sendo tomadas. Tudo que é possível fazer está sendo feito, principalmente em relação à Bankfort Vigilância Privada, que tem diversos contratos com o Governo do Estado, prefeitura da capital e outros.

O caso mais grave é o da Secretaria Estadual de Educação (Seduc) onde os atrasos da Bankfort vêm ocorrendo desde o início do ano. O sindicato já cobrou, protestou, reuniu-se com a direção da empresa e com os gestores do contrato na Seduc.

Na Seduc, em julho, a direção do sindicato entregou um ofício pedindo o bloqueio dos repasses da empresa e o pagamento direto dos salários pela secretaria. Mas nenhuma atitude foi tomada pelo órgão até agora, nem uma multa foi aplicada, segundo informaram.

Por isso, o sindicato já ingressou com ação judicial solicitando que a Justiça do Trabalho determine o bloqueio dos créditos da Bankfort junto à Seduc e a secretaria assumira o pagamento direto dos salários dos trabalhadores. A decisão do juiz está sendo aguardada para qualquer momento. Outros postos da empresa também estão sob fiscalização do sindicato.

Ocorreram atrasos ainda em contratos da Amim e MW, mas nesses casos os contratantes, notificados pelo sindicato, tiveram uma atitude diferente: bloquearam as faturas da empresa contratada e passaram a pagar os salários diretamente. Em alguns locais, como os prédios do Tribunal de Justiça na capital, a empresa já foi substituída – no caso, a Betron assumiu no lugar da MW.



Reunião do sindicato com gestores da Seduc



Direção na frente da Bankfort, cobrando a empresa



Sindicato no IGP, um dos postos da Bankfort

SINDICATO COBRA RESPONSABILIDADE DOS CONTRATANTES

Além de cobrar das empresas que atrasam os salários, o sindicato também tem pressionado fortemente os contratantes, que não podem fugir das suas responsabilidades. O sindicato não participa das licitações, não pode aplicar multas, rescindir contratos ou substituir empresas. Isso é **responsabilidade exclusiva de quem contrata a empresa prestadora de serviço**.

Os órgãos contratantes todos já sabem quais são as empresas que causam problemas, mas continuam optando pela proposta mais barata - e quem paga por isso é o

trabalhador. O sindicato continuará cumprindo seu papel de protestar, notificar e pressionar para que as empresas e os contratantes cumpram suas obrigações. Outra possibilidade é a greve, se a categoria estiver mobilizada para isso. Mas, quando nada mais resolve, a opção é a ação judicial, como está sendo feito com a Bankfort.

**Não daremos trégua para quem atrasa salários e não respeita direitos.
Chega de atrasos, pague o que devem aos trabalhadores (as)!**

Sindicatos somam forças para a campanha salarial



Os presidentes José Airton Trindade (Sindivigilantes do Sul), Marcelo Puccineli Alves (Sindicato dos Vigilantes de Pelotas), Gelson Camargo (Sindicato dos Vigilantes de São Leopoldo) e diretores(as) das três entidades discutiram, dia 23 de setembro, **a mobilização e a pauta de reivindicações** da campanha salarial que se iniciará em novembro.

Também estavam presentes na reunião, em Porto Alegre, os assessores jurídicos Arthur Dias Filho e Kênia Moraes. Desta vez, a negociação com o Sindicato das Empresas de Segurança Privada (Sindesp) tratará apenas das **cláusulas econômicas**.

Foi definido que os sindicatos convocarão as primeiras assembleias da categoria no início de

novembro, para que a pauta seja entregue à patronal até o começo de dezembro. A data-base continua sendo **1º de fevereiro**.

Foi muito destacada a importância da mobilização e participação dos vigilantes para garantirmos avanços na nova Convenção Coletiva de Trabalho.

José Airton: “Este ano são apenas as cláusulas econômicas para negociar com uma patronal difícil, que só pensa em lucrar em cima do trabalhador. Mas vamos para cima deles, vamos lutar por nossos objetivos, e precisamos contar com o apoio da categoria”.

Marcelo Alves: “Sabemos que não será uma campanha fácil, mas construímos uma pauta de consenso entre os sindicatos. Agora precisamos da presença da categoria nas assembleias, para que somem forças e possamos conquistar maiores benefícios para todos.

Gelson Camargo: “É fundamental a união dos sindicatos em busca de mais direitos. Chegamos a um consenso e vamos levar a proposta às assembleias, pedindo desde já a participação massiva dos trabalhadores. Só assim teremos força de verdade na mesa de negociação.”

José e Ilson participam de reunião na PF em Brasília

O presidente do Sindivigilantes-RS, **José Airton Trindade**, e o vice-presidente, **Ilson Pereira**, participaram de uma reunião na sede da Polícia Federal, em Brasília, dia 25 de setembro, junto com a direção da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e representantes de 15 sindicatos e federações do país.

Na ocasião, foi entregue ao coordenador-geral de Controle de Serviços da PF, **Cairo Costa Duarte**, um ofício assinado pela CNTV e os sindicatos, pedindo, a **implementação imediata do Estatuto da Segurança Privada**, naquilo que diz respeito à PF, que ganhou maior poder de fiscalização com a nova lei.



Coordenador da PF, ao centro, recebeu a CNTV e os sindicatos

Em alguns itens o estatuto precisa ser regulamentado, mas os dirigentes lembraram que muitos pontos já podem ser aplicados. O ofício ressalta a confiança da categoria na atuação da Polícia Federal e solicita providências contra irregularidades que afetam a dignidade do trabalho dos vigilantes. Segundo José, a reunião foi muito positiva e abriu um canal direto de comunicação dos sindicatos com a direção da PF.

APOSENTADORIA ESPECIAL Comissão aprova projeto e Tema 1209 ainda não foi julgado

O projeto de Lei Complementar que concede aposentadoria especial aos vigilantes e outras categorias profissionais (PLP 42/2023) teve um importante avanço, em agosto, ao ser aprovado pela Comissão de Previdência da Câmara dos Deputados.

Porém, **ainda precisa passar por mais duas comissões** antes de ir à votação final pelo plenário da casa.

A Confederação Nacional dos Vigilantes lançou uma campanha visando conseguir as assinaturas de 277 parlamentares, o número necessário para aprovar um requerimento de urgência, a fim de que a proposta chegue ao plenário sem precisar passar por essas comissões. Estavam faltando 99 assinaturas. Depois, o PLP ainda precisará ser votado no Senado.

Já o **Tema 1209** continua aguardando julgamento no Supremo Tribunal Federal. Ele trata do reconhecimento da atividade de vigilância para fins aposentadoria especial **com base na exposição ao perigo**. Muitos processos de aposentadoria especial estão parados nos tribunais, à espera da sentença do STF.

Por isso, dia 31 de maio o Sindivigilantes do Sul e os sindicatos de Pelotas e São Leopoldo realizaram uma manifestação na frente do Tribunal Regional Federal, em Porto Alegre, cobrando o julgamento imediato do tema. Nos demais estados também ocorreram protestos, coordenados pela CNTV. Continuaremos lutando pela nossa aposentadoria, que não é privilégio, é um direito da categoria.



Manifestação na frente do Tribunal Regional Federal

Reserva de vagas para mulheres já é lei



Comemoração da aprovação na Assembleia Legislativa

A Lei 16.328/2024 já está em vigor desde agosto e deve ser cumprida, constando nos editais de licitação. Ela garante a reserva de 20% das vagas para mulheres vigilantes em novas contratações e renovações de contratos de segurança, vigilância e transporte de valores **dos órgãos e entidades públicas dos poderes do Estado**.

O projeto de lei foi apresentado primeiro em 2016 pelo deputado Adão Villaverde, e reapresentado em 2019, quando ele deixou o mandato, pela deputada Sofia Cavendon (PT). Aprovada em julho na Assembleia Legislativa

PF FECHOU MAIS DE MIL EMPRESAS CLANDESTINAS

Em apenas sete anos, de 2017 a 2024, a Polícia Federal determinou o fechamento de 1.176 empresas clandestinas de segurança privada. O combate às companhias não autorizadas também resultou em 26 prisões em flagrante e na apreensão de 46 armas. No total, 3.358 empresas de segurança privada foram alvo de fiscalização da Operação Segurança Legal da PF, e 35% estavam irregulares. (Fonte: Agência Brasil)

va, essa lei representa uma conquista histórica para a valorização das mulheres vigilantes, que têm a mesma formação e cumprem os mesmos requisitos dos homens, mas ainda sofrem muita discriminação no mercado de trabalho.

“O Sindivigilantes espera que o Estado exija o cumprimento da lei nos editais e que as empresas colaborem, divulgando amplamente as vagas para elas”, disse o presidente José Airton Trindade. “Parabéns às mulheres vigilantes, valeu a pena lutar todos esses anos!”

Seu Direito: homologação no sindicato

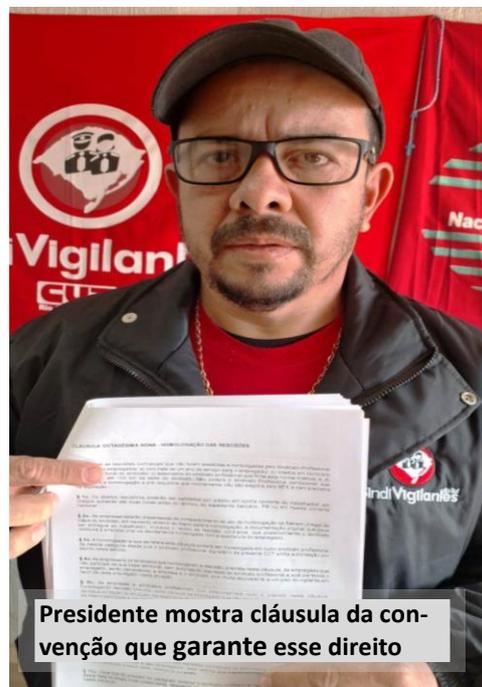
O sindicato alerta a todos para que tenham atenção redobrada ao fazer sua rescisão de contrato, **pois é muito comum as empresas “esquecerem” de pagar direitos importantes**, causando prejuízo no bolso de quem não está atento. Por isso, é fundamental exigir a homologação da sua rescisão no sindicato.

A convenção coletiva **garante esse direito** para os sócios na cláusula 89ª. Mas o vigilante não sócio também pode fazer homologação no sindicato se a empresa concordar. O sindicato já reivindicou – e continuará reivindicando – à patronal que esse seja um direito de todos, sem distinção.

O presidente José Airton Trindade, por exemplo, acompanhou dois casos recentes de rescisões no interior em que os trabalhadores estavam tendo prejuízo de mais de R\$ 4 mil cada um. Mas receberam tudo que tinham direito porque ele revisou os cálculos e exigiu a correção.

Em outro caso, 30 trabalhadores estavam sendo lesados nas rescisões em mais de R\$ 1 mil cada um, mas na homologação no sindicato os valores foram corrigidos e todos receberam tudo que tinham direito.

Importante: nunca assine aviso prévio com data retroativa. Assine apenas com a data correta, isso faz diferença nos valores a receber.



Presidente mostra cláusula da convenção que garante esse direito

Planeta Digital já atende o interior do RS também



O sindicato tem convênio com a loja Planeta Digital, que agora também atende os sócios(as) do interior, com parcelamento das compras em até seis vezes (mínimo de R\$ 60,00 por parcela) e desconto em folha. A loja oferece ampla variedade de celulares, eletrônicos, eletrodomésticos, informática e utilidades para o lar. As entregas no interior podem ser combinadas pelo correio ou transportadora. O associado entra em

contato, recebe fotos ou folhetos de produtos, faz o seu orçamento, pede autorização ao sindicato e recebe em casa.

A Planeta Digital tem duas lojas em Porto Alegre:

Centro: Av. Salgado Filho, 121.

Fone: 3228-8262 / WhatsApp: (51) 9 9120-0753

Zona Norte: Av. Assis Brasil, 2418 .

Fone 3022-3700 / WhatsApp: (51) 9 9120-6623

INFORMAÇÕES SOBRE PROCESSOS

Para ter informações sobre seu processo, contate a assessoria jurídica -Young, Dias, Lauxen & Lima Advogados Associados:

Telefone: (51) 3589-5507

WhatsApp: (51) 9-9957-8256

(Mensagem com nome e CPF)

Plantões no sindicato: segundas, terças e quartas-feiras, das 10h às 14h.



ATENDIMENTO PSICOLÓGICO

O sindicato disponibiliza **atendimento psicológico gratuito** para sócios e não-sócios. Basta ligar para o sindicato e marcar consulta com o **psicólogo Antônio Cardoso**, que atende às quintas-feiras, pela manhã e tarde. Para o interior, as consultas são on-line.

Outra opção de apoio emocional é ligar para o **nº 188 do CVV - Centro de Valorização da Vida**, disponível **24h por dia**. A pessoa é ouvida com atenção, tranquilidade e respeito por voluntários preparados para isso. **Se precisar, peça ajuda, ligue!**